

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1.920 - MT (2019/0046844-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : JOSE PUPIN AGROPECUARIA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
REQUERENTE : VERA LUCIA CAMARGO PUPIN - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO - DF018958
LIGIA CARDOSO VALENTE E OUTRO(S) - SP298337
CAMILA SOMADOSSI GONÇALVES DA SILVA - SP277622
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA

EMENTA

TUTELA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. EXCEPCIONALIDADE EVIDENCIADA. RISCO DE GRAVE LESÃO IRREVERSÍVEL DEMONSTRADA. URGÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de petição de tutela provisória apresentada por José Pupin Agropecuária - em recuperação judicial - e Vera Lúcia Camargo Pupin Agropecuária - em recuperação judicial -, com objetivo de atribuir efeito suspensivo a recurso especial por eles interposto contra acórdão da Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (e-STJ, fl. 963):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO – ANTERIORIDADE – NÃO SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CRÉDITO CONSTITUÍDO E VENCIDO ANTES DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL, QUANDO A ATIVIDADE ECONÔMICA RURAL ERA REGULAR, MAS NÃO ESTAVA, AINDA, SOB O REGIME JURÍDICO EMPRESARIAL POR EQUIPARAÇÃO – DECISÃO REFORMADA – RECURSO PROVIDO.

É admissível a formação do litisconsórcio ativo, se evidenciado a existência de grupo econômico e certa simbiose patrimonial entre as pessoas jurídicas, notadamente se o processamento separado das ações de recuperação de cada uma das sociedades, essencialmente interligadas, pode comprometer o soerguimento do grupo.

O deferimento da recuperação judicial pressupõe a comprovação da qualidade de empresário, mediante a juntada de certidão de inscrição na Junta Comercial, por período superior a dois anos.

Não se submete aos efeitos da recuperação judicial o crédito constituído sob o regime não empresarial.

Como o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, não há falar em exclusão dos débitos, devendo ser mantidos, por conseguinte, os registros do nome

do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos.

Consta do petitório que, no dia 28/8/2015, os ora requerentes, empresários individuais rurais, ingressaram com pedido de recuperação judicial, junto com outros litisconsortes facultativos, perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Verde/MT, cujo processamento foi deferido.

Irresignados com essa decisão, 18 (dezoito) credores ingressaram com agravo de instrumento junto à Corte de origem, ao qual foi dado provimento para extinguir o pedido de recuperação em relação aos requerentes, pois não contavam com 2 (dois) anos de inscrição na junta comercial, na data da distribuição do processo.

Essa decisão, por seu turno, foi objeto de impugnação via recurso especial, cuja relatoria foi direcionada ao Ministro Marco Buzzi, cujo trânsito em julgado ocorreu no dia 22/7/2017.

Nada obstante, os requerentes ingressaram com novo pedido de recuperação, no dia 12/9/2017, também junto à 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Verde/MT, o qual obteve deferimento. Novamente outros recursos foram interpostos pelos credores, alegando, agora, que a submissão dos "créditos constituídos anteriormente ao registro dos requerentes na Junta Comercial na qualidade de empresários individuais não deveriam se submeter ao processo" (e-STJ, fls. 5/56).

O Tribunal de origem, ao dar provimento ao recurso do Banco do Brasil, para afastar os seus créditos dos ora requerentes constituídos antes da inscrição na junta comercial dos efeitos da recuperação judicial, expressamente asseverou (e-STJ, fls. 966-974, sem grifos no original):

[...] Cinge-se a controvérsia em saber se é o caso de reforma da decisão que, a par de deferir a recuperação judicial dos Agravados, com e permitiu a inclusão de débitos anteriores ao registro da condição de a formação de litisconsórcio ativo empresário dos mesmos e, como consequência, autorizou a suspensão dos processos de execução e dos protestos relacionados a tais créditos precedentes. Pois bem. Apesar da omissão legislativa a respeito, a jurisprudência tem admitido a formação de litisconsórcio ativo nas ações de recuperação judicial formuladas por empresas integrantes do mesmo grupo econômico, tanto de fato como de direito, com aplicação subsidiária da norma processual civil e com fundamento no princípio da preservação da empresa (art. 47 da LRF).

[...]

Certo é que os grupos econômicos são formados com o objetivo de desenvolver processos de produção e de pesquisa para explorar a atividade empresarial, com vistas à redução de custos e o aumento dos lucros, para o benefício de todas as sociedades coligadas.

Na hipótese, dada a natureza jurídica de sua formação, verifica-se, principalmente, certa simbiose patrimonial, gerencial e financeira, proveniente do interesse comum que vincula as empresas participantes do agrupamento, o que autoriza a concessão do litisconsórcio ativo.

De relevo anotar que a admissão do litisconsórcio ativo teve por fundamento os documentos encartados e, em particular, as informações trazidas pela perícia técnica, de sorte que a decisão agravada consignou (id 1345856):

“De fato, ao menos no presente momento processual, nota-se plausível o litisconsórcio afirmado na inicial.

Os empresários rurais, na condição de marido e mulher, exerceram atividade rural em conjunto, com indivisão patrimonial, para assim alcançarem um mesmo objetivo econômico.

Nesse sentido, aliás, a constatação da Sra. Perita (p. 620), ao afirmar que, em diligência, verificou, no condomínio que possuem os Devedores sobre os imóveis rurais em que exercem atividade empresarial, indício bastante da formação de grupo econômico. Portanto, a formação do litisconsórcio ativo, na hipótese, foi corretamente deferida, porquanto evidenciado a existência de grupo econômico e encerra certa simbiose patrimonial ou econômica entre as pessoas jurídicas, bem assim que o processamento separado das ações de recuperação de cada uma dos agravados, essencialmente interligados, certamente comprometeria o soerguimento do grupo.

No que tange a anterioridade dos créditos, é bem verdade que o Banco do Brasil não colacionou quais seriam os créditos que foram contraídos pelas pessoas físicas dos agravados que, segundo alega, são anteriores ao registro dos agravados como empresários rurais na Junta Comercial.

Ocorre que é preciso estabelecer um marco, porquanto a decisão recorrida deferiu o processamento da recuperação judicial sem se atentar ao tema em exame.

No caso em exame, realmente a constituição e o vencimento dos créditos antecedem ao próprio registro dos agravados como empresários perante a Junta Comercial, que se aperfeiçoou em AGOSTO/2015.

Sabe-se que ao conceder crédito em favor de empresário individual, o credor tem conhecimento acerca do regime jurídico que incide sobre referida relação jurídica, bem assim os riscos inerentes ao negócio pactuado. De modo que se o regime for empresarial, referido crédito pode ser passível de eventual recuperação judicial e falência, o que naturalmente afeta os parâmetros da negociação e condições incidentes sobre o negócio.

Nos termos do disposto nos artigos 968, 971 e seguintes do Código Civil, apenas a partir da data em que os produtores rurais se inscrevem na Junta Comercial é que se torna possível aceitar o ingresso no regime legal de empresário, porquanto natureza constitutiva) que dá publicidade, garantia, segurança e é o registro que declara a condição de empresário (eficácia aos atos jurídicos

praticados por determinada pessoa física.

Conclui-se, portanto, que a alteração do regime jurídico que incide sobre os direitos e obrigações do empresário rural está intimamente ligada ao registro do produtor rural no Registro Público de Empresas Mercantis.

Dito isto, para efeito de análise dos débitos de que são titulares os agravados, entende-se que a opção de se inscrever não pode ter efeitos retroativos para atingir a esfera de direitos de credores que concederam o crédito em período anterior à inscrição como empresário individual.

Ainda que a base principiológica da lei 11.101/2005 seja de fomentar a solidariedade entre os agentes econômicos (credores e devedores), em busca de um benefício de uma maior produção de bens e serviços, geração de empregos, etc, não menos verdade que a recuperação judicial muitas vezes impõe severos gravames aos credores, mesmo àqueles que eventualmente tenham ficado vencidos na assembleia geral de credores e que, em virtude da técnica do (art. 58, § 1º, da Lei nº 11.101/05), por ex., tornam-se vinculados ao plano aprovado.

Até mesmo importa notar que certas categorias de crédito, mesmo constituídas na vigência de regular registro, não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, salvo, naturalmente, no que tange à eventual hipótese de essencialidade, assim como regra o artigo 49, §3º da Lei de Recuperação Judicial.

Sopesadas as circunstâncias, não se afigura razoável que um crédito analisado e concedido à produtor rural (não empresário) possa se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial somente porque se registrou para ser equiparado a empresário em momento posterior o que não se mostra razoável, portanto, é que o devedor possa se valer, cumulativamente e no mesmo período, do que há de conveniente no regime pretérito (vantagens do regime não empresarial) e atual (recuperação judicial, exclusiva do regime jurídico empresarial art. 1º da Lei nº 11.101/05, ainda que por equiparação), porquanto acaba por criar um terceiro regime não previsto em lei e fora do e fora do espectro de avaliação de avaliadores, que sequer cogitavam, na ocasião, da possibilidade de ter seu crédito sujeito a relevantes alterações.

Realça-se que não se quer dizer, com isso, que o patrimônio da pessoa física e do empresário individual se distinguem, porquanto, o registro da empresa individual, incluído aí a de produtor rural, não cria uma nova personalidade, distinta da pessoa física, nem separa patrimônios.

A distinção que se faz aqui não é, portanto, patrimonial, mas sim quanto ao regime jurídico a que se submete, para fins de concursalidade ou não daquele que exerce atividade rural no momento da constituição do crédito.

[...]

A interpretação harmônica do alcance do art. 49 da Lei nº 11.101/05, à luz das peculiaridades do tratamento especial dado à atividade rural, evidencia que podem ser incluídos na recuperação judicial do empresário rural somente aqueles débitos tomados dentro do regime empresarial, vale dizer, contraídos após o registro (do produtor rural) perante a Junta Comercial, porquanto é neste momento que é dado a quem negocia,

conhecimento acerca da opção pela alteração do regime jurídico feita pelo tomador, seja de capital ou de bens e serviços.

Ora, o credor que contrata com um empresário sabe, ou intui saber, qual é o regime jurídico que baliza sobre aquela relação jurídica. Assim, se o regime incidente for o empresarial, é de se prever a possibilidade de sujeição do crédito a eventual recuperação judicial ou falência. Entretanto, quem contrata com um não empresário acredita, pessoa física, pelo princípio da confiança legítima, que o negócio que realizou, não está sujeito ao regime empresarial e, por consequência, não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial.

É dizer, se os agravados, desde a concessão dos créditos, já estivessem inscritos na Junta Comercial, o recorrente poderia, pelo menos em tese, ter analisado doutra forma, na sua estratégia comercial, a conveniência ou não da concessão do crédito, ou alterado, eventualmente, as condições, quanto, por exemplo, à garantias e taxas de juros, de acordo com o que se espera desse ou daquele regime jurídico que pode afetar a relação jurídica negocial.

Assim, conclui-se que os efeitos da recuperação não alcança os créditos regularmente constituídos (no caso, até mesmo vencidos e renegociados) antes da inscrição da pessoa física como empresário individual na Junta Comercial.

Conclui-se, portanto, que não se mostra compreensível que um crédito analisado e concedido à pessoa não empresária possa se sujeitar à recuperação judicial somente porque aquela pessoa, por opção e conveniência, se post facto registrou para ser equiparado a empresário.

Não custa realçar que o sistema de registro tem considerável importância como instrumento norteador da vida das relações, forjado na cultura jurídica própria da vertente continental - às vezes até com certo exagero entre nós, reconheça-se - certo é que quando a lei estabelece o sistema de registro como meio de regularidade formal de determinado negócio ou relação jurídica, é com base nessa informação pública que o cidadão se orienta na vida das relações, seus negócios, enfim.

Daí resulta que se o registro, que no caso é opção do empresário, não pode produzir efeitos em relação a atos e negócios jurídicos realizados sob a égide de sistema pretérito jurídico precedente.

Por demais reconhecida a importância da atividade agrícola na economia brasileira, sobretudo nas últimas décadas, inclusive com significativo peso na balança comercial.

Mas, se de um lado isso é verdade, de outro não se pode olvidar como de menor relevância, aporte de capital, de crédito, de fornecedor de insumos, bens e serviços, enfim, enquanto suporte e mesmo sucesso do chamado “agronegócio”.

Dada a relevância aqui posta é que precisa-se buscar um equilíbrio nessa relação que se dá, no plano jurídico, com a garantia da estabilidade e previsibilidade das relações jurídicas estabelecidas.

Portanto, a recuperação judicial não atingirá os créditos constituídos pelas empresas individuais antes da inscrição na Junta Comercial. No que diz respeito ao pleito de restabelecimento da publicidade dos protestos em face de empresas em recuperação judicial, com razão o banco agravante.

Assim se diz, porque o deferimento do processamento da recuperação judicial não tem o condão de atingir o direito material

dos credores, não havendo, portanto, a exclusão dos débitos, de modo que devem ser mantidos os registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos.

[...]

Por fim, resta prejudicado o pedido do Agravo Interno interposto pelos agravados, contra a decisão liminar (ID2251337), porquanto a questão é, agora, decidida pelo mérito.

Posto isso, dá-se provimento ao recurso interposto por para afastar os créditos da agravante do Banco do Brasil S.A., âmbito dos efeitos da recuperação judicial dos agravados, constituídos antes da inscrição dos mesmos como empresários na Junta Comercial, bem assim reformar a r. decisão para afastar a determinação de suspensão dos efeitos dos protestos e eventuais registros nos órgãos de proteção ao crédito

De saída, os requerentes alegam não haver conexão como causa de eventual prevenção, considerando que "o primeiro processo de recuperação judicial foi extinto em relação aos requerentes, tendo o acórdão correspondente transitado em julgado" (e-STJ, fl. 8). Invocam, para tanto, o enunciado n. 235 da Súmula desta Corte e aduzem que é "de rigor a livre distribuição do presente, cujo relator eleito se tornará prevento para o julgamento do Recurso Especial correspondente" (e-STJ, fl. 11).

De outro ponto, enfatizam que são empresários individuais rurais com inscrição na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso desde meados do ano de 2015 e que o processo de recuperação judicial foi deferido em 19/10/2017, determinando o Juízo recuperacional a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas, ainda que na qualidade de coobrigados, desde que o crédito correspondente decorresse de uma atividade empresarial.

Por discordar da submissão de todos os créditos existentes até a data do pedido do processo de recuperação, a instituição financeira/requerida interpôs agravo de instrumento, com o objetivo de excluir do procedimento os créditos da titularidade dos requerentes auferidos anteriormente ao registro na Junta Comercial, no que foi atendido pela Corte Estadual.

Essa decisão foi objeto da irresignação dos ora requerentes, consubstanciada na insurgência especial, na qual afirmam já ter havido juízo de admissibilidade, cujos efeitos suspensivos se pretende atribuir, tendo em vista a

probabilidade de consubstanciação do direito de permanecerem excluídos do processo recuperacional todos os créditos constituídos em momento anterior à suas inscrições na Junta Comercial (*fumus boni iuris*) e no perigo de dano (*periculum in mora*), decorrente da descontinuidade da atividades empresariais, com expropriação de elevada monta de patrimônio e perigo de decretação da falência.

Acrescentam, ainda, que "muitos dos bens penhorados e avaliados nas ações de execução dos credores excluídos do processo de recuperação judicial pelo acórdão recorrido **são bens de caráter essencial**, uma vez que se tratam de imóveis rurais de terras férteis e produtivas, dispensando a fundamentação da importância destes para os Requerentes, considerando o fato de serem estes produtores rurais e viverem do plantio de milho, soja e algodão" (e-STJ, fl. 24); e que a admissão e provimento do recurso está assentada nas seguintes razões (e-STJ, fl. 38):

- 1) a inscrição do produtor rural na junta comercial tem caráter declaratório, uma vez que conforme se depreende dos artigos 966, 967, 970 e 971 do Código Civil é facultativa a sua inscrição a despeito do exercício de atividade notoriamente empresarial, sendo favorecido, diferenciado e simplificado seu tratamento quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes, razão pela qual imediata a sua equiparação aos demais empresários, haja vista tratar-se o exercício da atividade rural de atividade empresarial regular antes mesmo do registro, que apenas e tão somente irá declarar tal fato, conforme se depreende do entendimento de diversos Tribunais;
- 2) Somente as pessoas jurídicas de direito privado (o que não é o caso do empresário individual cuja responsabilidade é ilimitada, como os Requerentes) têm a sua existência inaugurada pelo registro na junta comercial, conforme dispõe o artigo 45 do Código Civil, de tal modo que distinguir a data da constituição da obrigação pela qual um único patrimônio responderá, não só não faz sentido, como viola o quanto disposto nos artigos 49 e 190 da Lei 11.101/05, uma vez que somente créditos expressamente discriminados pela Lei poderão ser excluídos do procedimento de recuperação judicial, bem como nos termos do artigo 190 da LFRJ, a recuperação judicial do empresário individual implica obrigatoriamente na extensão de seus efeitos à pessoa natural (que é justamente a que firmou o contrato com o Requerido).

No que tange ao perigo de dano e risco ao resultado útil do processo, reverberam que o "acórdão impugnado autoriza a retomada das execuções individuais distribuídas pelo requerido e demais credores excluídos dos efeitos da recuperação Judicial dos requerentes pelo acórdão recorrido, dando início à fase de expropriação de bens, uma vez que na execução movida pelo requerido os bens já foram penhorados e

avaliados, restando somente a realização de leilão para finalização dos atos expropriatórios" (e-STJ, fl. 39), medida já deferida no dia 30/01/2019, inclusive com indicação de leiloeiro para que se proceda à alienação da Fazenda Ouro Verde II, matrícula n. 280 do CRI de Juscimeira/MT.

À vista do exposto, requerem, liminarmente, que se atribua efeito suspensivo ao recurso especial em questão, de modo que, até o trânsito em julgado, não produza efeitos o acórdão recorrido, restabelecendo-se a decisão de primeira instância que determinou a submissão ao processo de recuperação judicial dos requerentes de todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial, até que seja julgada definitivamente a questão.

Brevemente relatado, decido.

De início, ressalta-se a possibilidade de concessão excepcional de efeito suspensivo ao recurso especial, e, nos termos do art. 1.029, § 5º, I, do CPC/2015, o requerimento deverá ser dirigido à esta Corte Superior no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do apelo especial e sua distribuição.

Anoto, contudo, que esta Corte, em hipóteses excepcionais, concede efeito suspensivo a recurso especial não admitido pelo Tribunal de origem quando demonstrada, de um lado, a probabilidade de êxito do recurso especial, e de outro, o risco de perecimento de direito, a inutilidade da apreciação do pedido acautelatório diretamente na instância ordinária ou teratologia no acórdão impugnado, circunstâncias que entendo presentes no caso dos autos.

Quanto ao mérito do pedido, assinala-se que, para deferimento liminar de tutela de urgência, é necessária a conjugação de dois elementos consubstanciados na aparência do direito (*fumus boni iuris*) e no perigo de demora na prestação jurisdicional (*periculum in mora*).

No que tange à pretensão de atribuição de efeito suspensivo a recurso especial, esses requisitos devem ser analisados com as vistas voltadas ao próprio recurso. Noutros termos, tem-se que a plausibilidade do direito coincidirá com a possibilidade de êxito na impugnação veiculada.

Partindo-se dessa premissa e a partir de uma análise perfunctória do direito

alegado pelos ora requerentes, própria das decisões liminares, verifica-se, na hipótese dos autos, que a pretensão recursal mostra-se razoavelmente controvertida e suficientemente plausível, a fim de revelar presente a fumaça do bom direito.

De outro lado, o *periculum in mora* está caracterizado na iminência de serem as empresas recuperandas obrigadas a paralisar suas atividades antes do julgamento do recurso especial, em claro prejuízo ao andamento da recuperação judicial e com danos irreparáveis às empresas e aos próprios credores, notadamente pelo risco de concretização de atos expropriatórios que podem conduzir à irreversibilidade dos danos.

Assim, numa análise perfunctória da matéria, e sem prejuízo de posterior reanálise, a ser feita na apreciação do próprio apelo especial, **concedo efeito suspensivo ao recurso especial interposto pelos requerentes** e determino a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso, até julgamento definitivo do recurso especial.

Comunique-se, com urgência, o teor da presente decisão ao Tribunal de origem.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator